



## Aterro sanitário: tecnologia é comum no Brasil

**Em um** país onde os municípios de forma geral sofrem com escassez de recursos financeiros, opções já consolidadas para o tratamento de resíduos tendem a se popularizar. Os aterros sanitários, por exemplo, são adotados na maioria dos municípios que destinam resíduos de forma ambientalmente adequada. O modelo, aliás, é indicado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), uma vez que as técnicas de operação são amplamente realizadas por empresas nacionais.

Tecnologias diferentes de tratamento de resíduos estão disponíveis, mas, até então, o aterramento parece ser a solução mais adequada para o Brasil. A afirmação parte do diretor-presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), Diógenes Del Bel, que falou sobre o assunto em entrevista.

**LIXO MODERNO:** OS ATERROS SÃO COMUMENTE UTILIZADOS NO BRASIL. ESSA TECNOLOGIA DE DESTINAÇÃO PREDOMINA NO PAÍS?

**Diógenes:** A realidade brasileira ainda compreende a destinação inadequada de resíduos, mal sa-

*imos da situação em que metade dos resíduos era descartada em lixões, por exemplo. Diante disso, os aterros são comuns porque é uma técnica já consolidada por aqui. Mundialmente, existem outras tecnologias, como aproveitamento energético, produção de biogás, mas os custos nem sempre são viáveis para os municípios. Na verdade, existem alternativas disponíveis, algumas em desenvolvimento, inclusive, mas as influências econômicas não deixam escolhas.*

**LM:** QUAL É A POSIÇÃO DA ABETRE SOBRE INCINERAÇÃO DE RESÍDUOS?

**Diógenes:** É necessário avaliar o impacto ambiental e social que determinado projeto pode causar. Se houver viabilidade que compense a prática, é justificável. Há um pensamento de que a incineração prejudica a coleta seletiva; porém, temos de ponderar que o aproveitamento energético surge depois da reciclagem e que esta, aliás, já se consagrou. Não vejo ameaça. A questão essencial é acompanhar a legislação e os métodos de aperfeiçoamento,

*como controladores de emissão de gases, entre outros.*

**LM:** ALGUNS MUNICÍPIOS RECLAMAM DA FALTA DE ESPAÇO PARA CONSTRUÇÃO DE ATERROS. A NECESSIDADE DE ENVIAR MENOS RESÍDUOS PARA OS LOCAIS JÁ EXISTENTES É UMA FORMA DE EVITAR NOVAS ÁREAS?

**Diógenes:** Há problemas localizados em centros urbanos ou áreas de preservação ambiental. Os aterros mais antigos, por exemplo, já estão dentro de áreas urbanas. Então, sem dúvida, hoje a intenção é diminuir a necessidade de aterro, justamente com o incentivo da coleta seletiva ou do tratamento. Existem municípios que não dispõem de áreas livres. São Sebastião, no litoral norte paulista, é um deles. Com isso, a solução é levar para aterro vizinho, que nem sempre tem vida útil abastada.

**LM:** DEPOIS DA PNRS, A PROCURA POR EMPRESAS QUE OPERAM ATERROS AUMENTOU?

**Diógenes:** Não temos levantamento de mercado, mas é certo que o setor tem crescido. A obrigatoriedade de fechar os lixões reflete-se em busca por soluções, que vão de aterro ao avanço de tecnologias propícias à reciclagem.

**LM:** QUE AVALIAÇÃO O SR. FAZ DA DISCREPÂNCIA ENTRE OS PRAZOS DA LEI 12.305/10 E A REALIDADE?

**Diógenes:** As diretrizes são boas, mas o cumprimento funciona aquém do esperado. Creio que o principal entrave é o aspecto econômico e a distribuição das responsabilidades. Os municípios são incapazes de resolver o problema sozinhos. Tanto os governos federal e estadual quanto as empresas (responsabilidade compartilhada) têm de contribuir. Alguns locais conseguiram desenvolver ações efetivas, mas, de forma geral, ainda falta muito para que a lei funcione. Falta um esforço nacional e geral. ■